

181

Ata da Vigésima Se-
gunda Reunião Ordiná-
ria do Primeiro Período
Ordinário do ano de mil
novecentos e oitenta e
sete, realizada no dia
vinte e oito de maio do
corrente ano.

As dezesseis horas do dia vinte e oito de
maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, sob a
Presidência do Vereador Aires Bessa de Figueiredo e com a ca-
pacidade da primeira e segunda Secretarias pelos Vereadores Ais-
taro Acodi de Oliveira e Jonas Cordeiro Moraes, reuniu-se a Câ-
mara Municipal de Cabo Frio Ordinariamente, e além desses
responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores:
Acyr Silva da Rocha, Alcides Ferreira de Souza, Antônio
Carlos de Carvalho Brindade, Dirlu Pereira da Silva, Eronides
da Silva Santos, Geraldino Farias Neves, Mauro José de Ague-
do, Sílvia dos Santos Siqueira Silva, Virgínia Correia de Sou-
za e Ubaldo de Bessa Beincina. Havendo número regimental
o Senhor Presidente declarou aberta a presente reunião em no-
me de Deus. A seguir foi lida e aprovada a Ata da Vigésima
Primeira Reunião Ordinária do Primeiro Período legislativo. Logo
após o Senhor Presidente determinou a "leitura do Expediente"
que consta do seguinte: Projeto de Resolução n.º 07187 de autoria
do Vereador Eronides da Silva Santos, concedendo título de Cidadão
Cabofriense ao Senhor José Neto do Vale, Requerimento n.º 68187
de autoria do Vereador Alcides Ferreira de Souza, solicita ao Exce-
lentíssimo Senhor Governador do Estado Wellington Moreira Franco,
audiência com a Bancada do PMDB, com assento na Câmara Mu-
nicipal de Cabo Frio e Indicação n.º 94187 de autoria do Vereado-
ra Sílvia dos Santos Siqueira Silva, solicita ao Excelentíssimo Se-
nhor Prefeito Municipal, a instalação de Bomba Hidráulica Manual
na Escola Municipal Francisco Franco, localizada no Araçá, Bon-

minhada a "leitura do Expediente" o Senhor Presidente transportou os trabalhos para o segmento dedicado a Oradores inscritos em livro próprio. Fez uso da tribuna como primeiro orador inscrito o Deputado Dirceu Pereira da Silva, iniciando sua fala procedeu leitura de carta de sua responsabilidade, enviada a diversos jornais do Rio de Janeiro e Cabo Frio, parabenizando a colunista "Sandrinha Livre" por ter denunciado corrupção havida na aprovação de projetos imobiliários em Cabo Frio, através de sua coluna no jornal o "Cabofriense". Prosseguindo denunciou o que considerava a distorção do Estado do Rio de Janeiro, com a construção de casas com outorgação do Executivo Municipal e que inviabilizaria qualquer projeto esportivo para a cidade, além de ser um prejuízo do interesse maior da coletividade. Adiante abordou a questão salarial dos servidores municipais criticando ao Senhor Prefeito por não dar atenção ou priorizar fatos de tal relevância para a classe já tão sacrificada. Considerou impróprio o Senhor Prefeito afirmar em reunião havida com professores da rede municipal que na Câmara tinha o apoio de dez Vereadores que faziam o que ele determinasse, como se na Câmara o Senhor Prefeito tivesse Vereadores sem vontade própria, afirmando o orador que não concordava com tal assertiva do Prefeito Alair Corrêa, e ainda disse estar certo que a Bancada do PMDB não concordaria jamais com a extinção da lei do piso salarial ou do "gatilho". Disse também que não faltavam recursos para que o Prefeito praticasse a justiça salarial para com o funcionalismo Municipal, bastando apenas uma análise do orçamento da Municipalidade, enriquecido com o recolhimento dos "royalties" do petróleo e empréstimos tomados na Caixa Econômica Federal, criticando ainda o Prefeito pelo apoio dado ao futebol profissional e pelo gasto na compra de veículos sem que houvesse necessidade para tal. Prosseguindo disse que verba doada pelo Governo Federal destinada ao saneamento de diversos bairros no Município não havia sido aplicada não se sabendo onde fora parar o dinheiro, o mesmo ocorrendo com verba repassada pelo Ministério do Interior para a construção de Postos de Saúde na zona rural do Município. Prosseguindo, disse ser inabecedário da presença do Senhor Prefeito naquela reunião, au-

quando que o Executivo como de outras vezes não falasse de pre-
juízos sofridos pelo Município e de perseguições, mas que apresen-
tasse soluções para a questão salarial dos funcionários do Mu-
nicipio, encerrando a seguir seu discurso, logo após ocupou a tribu-
na o Vereador Antônio Carlos de Barvalho Eixadade iniciando
seu discurso, abordou reunião anterior quando ao usar a tribuna
criticara o Senhor Prefeito por afirmar o mesmo que na Câmara
contava com o apoio de dez Vereadores que votavam no que ele, Prefe-
to, determinasse e que o levava a considerar os Vereadores do PMDB co-
mo "marionetes". Adiante disse que o Vereador Ulber de Bessa Teixeira,
no uso da tribuna afirmara que os Vereadores do PMDB não
eram "marionetes" e que votavam de acordo com suas convicções
e ainda, que levava para o Prefeito uma proposta para que
fosse feito um acordo e resolvido o problema salarial dos professores,
dando tomado conhecimento a seguir que o executivo não levava
em consideração a proposta do Vereador Ulber de Bessa Teixeira
cuja demonstração de total falta de interesse para dar um ponto
final a questão. Por conseguinte, ainda contestando discurso do
Vereador Ulber de Bessa Teixeira, disse que realmente os Vereado-
res da Oposição já haviam votado favoravelmente em Mensagens
oriundas do Executivo Municipal na medida em que atendiam
ao interesse maior da coletividade. Disse a seguir que mesmo sendo
tão de repetitivo tenha que denunciar o fato da Prefeitura não
estar recolhendo obrigações sociais embora descontadas dos funcioná-
rios e que classificava como apropriação indébita por parte da Ad-
ministração Municipal. Criticou com veemência ao Executivo Municipal
por não pagar indenizações devidas a funcionários demitidos ou uma
total falta de sensibilidade para com a criação humana, o que la-
mentava. Continuando, criticou a paralisação das obras do Insti-
tuto Médico Legal, considerando que o Senhor Prefeito se omite an-
te questões de grande alcance social e uma das mais antigas rei-
vindicações da população cabofriense, não aceitando que as obras
estivessem paralisadas por embargo do Estado, ao tempo do Se-
nhor Origola, visto hoje o Governador ser o Senhor Moura Franco
do PMDB. Criticou também a desapropriação de cinquenta ter-

rios no Município, sob a alegação de que estavam abandonadas e transformadas em vasos de lixo, afirmando que se assim fosse todo o Município teria que ser desapropriado visto o estado de abandono em que se encontrava sem que se encontrava sem que a Administração Municipal tomasse providências. Quanto a participação do Senhor Prefeito naquela reunião disse esperar que o mesmo apresentasse uma solução que atendessem a questão salarial dos professores municipais, encerrando a seguir sua fala. A seguir ocupou a tribuna o Vereador Mauro José de Aguiar iniciando seu discurso disse não admitir que a Câmara da Câmara fosse usada para que pedidas fossem atiradas em cima de pessoas que com um trabalho sério procuravam uma solução para o impasse entre professores e Administração Municipal. Disse também que mesmo sendo do PMDB não era atrelado ao Prefeito Municipal e que o Vereador Antônio Carlos de Paiva Eximidade muitas vezes faltava com o decoro parlamentar ao classificar os Vereadores do PMDB como "maxionês" o que lamentava, pois não correspondia a verdade dos fatos. Quanto a verba de trinta e oito milhões, disse que havia votado contra a matéria e ainda que tal dinheiro ainda não havia sido remetido para Cabo Frio dependendo ainda de autorização do Congresso pois era a "função perdida". Lamentou que políticos houvessem participado de reuniões do CEP tentando tirar proveito da situação e em nada colaborando para a solução do problema enquanto os Vereadores do PMDB se empenhavam na busca de alternativas que dissessem um basta a aquela situação que prejudicava tanto professores como alunos e desgastava a Administração Municipal, este o objetivo de determinados políticos de Cabo Frio, que na realidade com o que menos se importavam era que a greve terminasse. Quanto ao orçamento da Prefeitura disse que o mesmo também estava defasado em relação a uma brutal inflação e ainda que tal custo não podia ser repassado para o contribuinte criando assim uma insustentável situação para as finanças municipais. Quanto a remoção de bancas da Praia do Forte disse que a medida era imperativa no momento em que preservava o perfil turístico do Município. Finalizando, disse que não podia de ma-

para alguma vez contra as pretensões dos professores do Município lembrando que sua filha também lecionava na rede Municipal. Com seguida ocupou a tribuna o Vereador Aristarco Acoli de Oliveira, iniciando seu discurso abordando pronunciamento do Vereador Abílio de Sousa Teixeira, verificado na reunião anterior, elogiando o equilíbrio com que o colega abordara o problema salarial dos professores, questão alicerçada em leis que não haviam sido revogadas e ainda, que tinham o respaldo da Câmara Municipal. Neste ponto o Senhor Presidente Aires Serra de Figueiredo disse que de acordo com o artigo 101, item 23 da Lei Orgânica Municipal, a Câmara recedia naquele instante o Senhor Prefeito Municipal Alair Francisco Loure, convidando aos Vereadores Alcineides Ferreira de Souza e Mauro José de Aguiar para acompanharem o Chefe do Executivo Cabofriense até a Mesa Diretora dos trabalhos. Retomando a palavra o Vereador Aristarco Acoli de Oliveira saudou a presença do Senhor Prefeito na Casa de leis no Município, expressando sua certeza de que o Prefeito trazia uma palavra tranquilizadora para os problemas vividos no Município com destaque para o que dos professores municipais. Abordando pronunciamento do Vereador Dirlei Pereira da Silva disse que em determinado instante chegara a pensar que o Vereador do PDT estivesse se dirigindo a Secretaria do PMDB na busca de uma proposta para ingressar no Partido, ou até mesmo, que o Vereador Dirlei Pereira da Silva parecia estar discurando como um pernedelista como foi e fora no passado, esperando que dali para diante o Vereador Dirlei Pereira da Silva não mudasse mais de partido, que tivesse um comportamento uniforme, ou se o fizesse, que explicasse a opinião pública o porquê de mudanças tão repentinas, acrescentando ainda que o Vereador Dirlei Pereira da Silva não tinha respaldo para traçar normas de conduta para a Bancada do PMDB. Adiante, disse que as notícias sobre uma possível expansão do Território do Oficial do Cabo, abrangendo parte do Bairro São Rústico, não correspondiam a verdade, tranquilizando assim a comunidade cabofriense. Quanto a renovação das luminárias da Praça do Forte, disse que o Prefeito em época recente recebera verdadeiras "achincalhas" por permitir o fato, e que agora, imensamente, recedia críticas por ter remido as luminárias.

e que era um contrassenso por parte da oposição. Comentando sobre a questão dos Professores municipais, disse que o PMDB estava conduzindo as negociações de maneira correta de modo a encontrar um equilíbrio para o impasse. lamentou que em Assembleia realizada pelo CEP, políticos tivessem se comportado de maneira pouco recomendável de modo a tiveram lucro eleitoral de tal situação afirmando a exigir que os professores que dirigiam o CEP faziam parte de uma elite intelectual, pessoas sérias e que visavam apenas resguardar os direitos da classe que representavam, mas que infelizmente a reunião fora tumultuada por companheiros políticos que não souberam se colocar a altura da seriedade exigida pelas circunstâncias. Concluiu dizendo que os Vereadores do PMDB em número de dez representavam a garantia para o Prefeito governar com tranquilidade, com base no apoio político, e que era de conhecimento dos professores, e ainda da certeza que tinha de que jamais o Prefeito colocasse qualquer proposta que visse a ferir a hegemonia da base e a cada Vereador de "per si", e ainda que jamais o Prefeito solicitara qualquer iniciativa que ferisse o "galinho salarial". Logo após ocupou a tribuna o Prefeito Municipal de Labo Eric e Senhor Alair Francisco Pereira iniciando sua fala disse que realmente previsto legal facultava ao Prefeito o direito de comparecer a Câmara por sua iniciativa, mas, gostaria de enfatizar que cumpria também requerimento votado pela base convocando-o e que assim sendo proximo da próxima sessão estaria comparecendo novamente a Câmara atendendo a proposição votada, e que não fugiria ao debate pois o mesmo era salutar para o exercício da democracia. Prosseguindo disse que registara as críticas colocadas por Vereadores de oposição que como sempre eram repetitivos e cujo objetivo era o de apenas criticar e não corrigir falhas existentes no Governo Municipal, afirmando ainda que já exercera mandato como Vereador estando o cavaleiro para dizer que legislar era muito fácil e que não ocorria no exercício de Executivo. Respondendo críticas sobre o IML, cujas obras estavam paralizadas, disse que por iniciativa do seu Governo

tal equipamento fora planejado para Cabo Frio, mas que infelizmente por gestões do Governo Cruzada fora embargada, estando no entanto, agora, liberada por que mudara o Governo e existia respeito para com o povo cabofriense e que a obra seria reiniciada nos próximos dias. Quanto ao recolhimento do INPS, reclamando pela oposição disse que num País com cerca de quatro mil municípios sempre sacrificados por uma política tributária injusta, e não recolhimento das obrigações sociais por parte da Prefeitura de Cabo Frio refletia em dívida alguma um quadro nacional, pois nenhuma Prefeitura recolhia para os órgãos previdenciários, e se recolhesse não poderia pagar aos seus funcionários, o que era do conhecimento dos Vereadores de oposição. Quanto a aprovação das mensagens do Executivo, votadas pela Câmara, disse que jamais assinaria documentos para aprovação legislativa que não fossem do interesse público e que ao longo de quatro anos de Governo até mesmo as matérias mais polémicas haviam sido votadas por Vereadores que hoje o criticava, e aos Vereadores do PMDB. Quanto aos delitos existentes para com pequenos fornecedores da Prefeitura, motivo de críticas também pela oposição. Disse que todas as contas feitas eram efetuados pagamentos, e que outras compras eram realizadas a vista, e mais, que não colocava os empreiteiros acima do pagamento dos funcionários como acontecia no governo anterior. Disse também que as críticas dirigidas ao seu Governo pelo rompimento das barracas da Praia do Forte revelavam também os objetivos eleitorais dos seus adversários pois em épocas passadas criticavam a Administração Municipal por permitir tais barracas na orla marítima, o que parecia uma briga dada por parte de políticos que não sabiam por onde caminhavam, que não sabiam manter suas opiniões, ficando com a Externa do PC e na Câmara Municipal. Adiante, abordando a participação do Deputado Lívio Soldanha em Assembleia de professores, disse não entender como o referido Deputado pudesse ter sido aplaudido por pessoas inteligentes ou pelo menos formadas ao afirmar que a Prefeitura podia usar tanta e alto número de cruzados do Plano FAS da Caixa Econômica, para pagamento de professores, quando a lei obrigava que tal seja fosse aplicada em baixos polos, em saneamento e saúde, lamentando que

o Deputado mentir tão descaradamente, afirmando ainda que po-
 líticos assim, que frequentavam as assembleias de professores na re-
 lidade não queriam que a greve acabasse, pois o importante era que
 a crise existisse pois se alimentavam de tais circunstâncias, não impor-
 tando o que o povo pudesse sofrer. Lembrou ainda que em encontro reali-
 zado com professores no Clube São Cristóvão, não nas assembleias dos
 Iruos e Navilinos, Bonifácio e Hilton, falara cerca de quarenta minutos
 para o professorado e que em nenhum momento fora interrompido, con-
 siderando que tal posicionamento fora uma determinação do CEP, não
 permitindo que os professores dialogassem, que expusessem suas dúvidas
 e questionamentos, considerando ainda que tal atitude do CEP antes de
 ser uma vitória, havia sido na realidade um retrocesso no processo
 democrático, impedindo que o profissional se manifestasse, e mais,
 que o CEP queria chegar até ao Prefeito através de Iruos, Bonifácios
 e Navilinos da vida. Prosseguindo, disse que na tentativa de acabar
 com o impasse entre professores e Prefeitura havia enviado diversas
 propostas, sistematicamente recusadas pela soberania da Assembleia, mas
 que, na última convocação dos professores o retrocesso fora maior, até
 to que não haviam sequer apreciado proposta que lhe fora entregue
 por um professor, hostil ao seu Governo, pessoa que sempre liderara
 movimentos antagonistas, e mais que a referida proposta acrita pela
 Administração Municipal era um verdadeiro desastre para as finanças
 do Município, mas que, mesmo assim a aprovava, mas que,
 ditatorialmente o CEP aceitara, sequer discuti-la, mesmo sendo
 elaborada pelos professores Antônio Henrique dos Santos, Paulo Ferraz
 de Assunção Souza e Mário Ernesto Pórcas Morais e respaldadas pelos
 Senhores Vereadores. Prosseguindo, disse que todas as questões levantadas
 haviam sido atendidas e que se a greve continuava era devido ao seu
 fundamento eminentemente político o que era lamentavelmente dane-
 so ao interesse público. Prosseguindo afirmou que realmente contara
 com o apoio integral dos Vereadores do PMDB em qualquer circunstân-
 cia mesmo porque tinha consciência de que ao longo do seu Governo
 jamais enviara Mensagens absurdas para aprovação da Câmara,
 reafirmando sua crença no apoio de sua bancada. Disse também
 que marcara uma reunião com CEP para uma hora da manhã

porque tinha realmente interesse em resolver o problema, e que naque-
la data viajaria para o Rio de Janeiro às cinco horas da manhã no
retornando a Cabo Frio a meia noite, daí foi marcada reunião para
madrugada, lembrando ainda que quando fora delegado sindical
quantas vezes viajava a madrugada entre reuniões para defender in-
teresses de sua classe, o que parecia não interessar a alguns profes-
sores, que desajustavam horários especiais quando a defesa do trabalha-
dor não era medida pela importância de determinados horários. Ad-
ante, disse que ante a negativa do CEP em discutir proposta elabora-
da por professores, com respaldo dos Vereadores e aceita pela Prefe-
tura, na segunda-feira iria reiniciar as aulas, pagando tudo o que
o professor tinha direito, adotando proposta já referida, fazendo pu-
blicar em jornal. Concluiu sua fala convocando os professores para
o retorno às salas de aula na segunda-feira, dia primeiro de ju-
nho, dirigindo apelo aos pais para que não deixassem de levar suas
crianças para os colégios na qual data. Não havendo mais oradores
inscritos para fazerem uso da tribuna, o Senhor Presidente transpor-
tou os trabalhos ao segmento dedicado a "Ordem do Dia", que consistiu
do seguinte: Aprovados os seguintes Requerimentos: Requerimento nº 63/87
da laia do Vereador Evandro da Silva Santos; Requerimentos nº 64 e 65/87
da laia do Vereador Ona Lilia Mathias dos Santos Loure, Requerimento
nº 66/87 da laia do Vereador Aristarco Aciodi de Oliveira, Requerimento
nº 71/87 da laia do Vereador Aristarco Aciodi de Oliveira com voto contra
do Vereador Dilse Pereira da Silva; Requerimento nº 67/87 da laia do
Vereador Sílvia dos Santos Siqueira Silva; Requerimento nº 68/87 da
laia do Vereador Alcides Ferreira de Souza; Requerimentos nºs 69
e 70/87 da laia do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Brindade;
Requerimento nº 74/87 da laia do Vereador Walter de Bessa Buncira
e Requerimento nº 75/87 da laia do Vereador Geraldo Farias de
Meneses. Foram Rejeitados os seguintes Requerimentos: Requerimento nº
49/87 de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Brindade por
8 (oito) votos contra 4 (quatro) votos; Requerimento nº 72/87 da
laia do Vereador Dilse Pereira da Silva por 10 (dez) votos contra 1
(um) voto e Requerimento nº 73/87 da laia do Vereador Dilse
Pereira da Silva por 9 (nove) votos contra 2 (dois) votos. Aprovadas

as seguintes Indicações: Indicação nº 8018F da laia do Vereador Walter de Bessa Beneira; Indicações nº 91 e 9218F da laia do Vereador Aivaldo de Oliveira e Indicação nº 9418F da laia da Vereadora Sílvia dos Santos Diqueira Silva. Foi Rejeitada a Indicação nº 7418F da laia do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Brindade por 6 (seis) votos contra 2 (dois) votos. Foram encaminhados a Comissão de Constituição e Justiça os seguintes Projetos: Projeto de Resolução nº 0618F da laia do Vereador Geraldino Farias Neto e Projetos de Resolução nº 05 e 0718F da laia do Vereador Eronides da Silva Santos. Bem-humorada a "Ordem do Dia", o Senhor Presidente franqueou a palavra em "Explicação Pessoal" para Vereadores que não fizeram uso da tribuna. Fez uso da palavra o Vereador Alcimides Ferreira de Souza iniciando sua fala, abordou a questão do uso das varandas do Baía do Forte, medida que se tomava imperativa visto a adequação de "módulos" padronizados e de acordo com a importância turística do Município, lamentando que inconseqüentemente alguns políticos tivessem tentado tirar lucro eleitoral da situação, inflando aos bairros e criando uma situação constrangedora. Prosseguindo, disse que os direitos dos proprietários das varandas seriam preservados por determinação direta do Senhor Prefeito que em momento algum teve a intenção de criar um problema social no Município. Encerrando expressou seu respeito e apoio a sua Bancada que em momento algum faltou com apoio ao Prefeito Municipal a quem parabenizou também pela solução encontrada para encerrar a greve do professorado municipal, criticando aos que praticaram politicagem explorando a situação dramática sobre todos os aspectos. Não havendo mais Vereadores que quisessem fazer uso da palavra em "Explicação Pessoal", o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião em nome de Deus. E para constar mandou que se lavasse a presente Ata que depois de lida submetida a Apreciação Plenária, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

Bella de Figueiredo
 Quina Cordes de Farias